

TERRITÓRIO DO UBÁ¹: conflitos e territorialidades entre os rios Ivaí e Corumbataí/PR

UBÁ TERRITORY: conflicts and territoriality between the Ivaí and Corumbataí rivers/PR

TERRITORIO DE UBÁ: conflictos y territorialidades entre los ríos Ivaí y Corumbataí/PR

Cleiton Costa Denez

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES/UNICENTRO). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Paraná – SEED/PR.
cleiton.denez@hotmail.com

Simone Aparecida Queizi

Mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Professora da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR.
simone.queizi@escola.pr.gov.br

Recebido para avaliação em 28/09/2018; Aceito para publicação em 28/09/2018.

RESUMO

O processo de territorialização da Sociedade Territorial Ubá Ltda. (STUL) se desenvolveu a partir do projeto nacional de ocupação de terras e expansão do progresso econômico da cultura cafeeira, cuja versão sempre se pautou em afirmar a existência de um vazio demográfico e uma ocupação pacífica do território. Este trabalho tem o objetivo analisar o presente território, onde a cada momento ou fase se confrontou com a presença/chegada de um grupo e, assim, novas territorialidades. Para tanto, a pesquisa se pautou em uma revisão bibliográfica e documental sobre o caso, com a contextualização histórica do processo de ocupação do território em questão. Como resultado da análise, concluiu-se que a STUL utilizou-se de diferentes meios para garantir sua territorialização, organizou a venda de lotes rurais, propiciou a formação dos núcleos urbanos, estruturou e consolidou o atual território, se sobrepondo às demais territorialidades.

Palavras-chave: Sociedade Ubá; Conflitos de Terras; Ocupação do Território.

ABSTRACT

The territorialization Process of Territorial Society Ubá Ltda. (STUL) is developed from the national project of land occupation and expansion of the economic progress of the coffee crop, whose version has always been based on affirming the existence of a demographic void and a peaceful occupation of the territory. This work has the objective to analyze the present territory, where every moment, or phase was confronted with the presence/arrival of a group and, thus, new territoriality. For this, the research was based on a bibliographical and documentary review on the case, with the historical contextualization of the process of occupation of the territory in question. As a result of the analysis, it was concluded that STUL used different means to guarantee its territorialization, organizing the sale of rural plots, propitiating the formation of urban centers,

¹ Os posseiros atravessavam o rio Ivaí em canoas feitas das próprias árvores encontradas às margens do rio. Canoas chamadas de ubá, pelos indígenas, o que deu origem ao nome da fazenda e da sociedade territorial.

structuring and consolidating the current territory, overlapping the other territorialities.

Keywords: Ubá Society; Conflicts of Land; Occupation of the Territory.

RESUMEN

El proceso de territorialización de la Sociedad Territorial Ubá Ltda. (STUL) se desarrolla a partir del proyecto nacional de ocupación de tierras y expansión del progreso económico de la cultura cafetera, cuya versión siempre se ha guiado en afirmar la existencia de un vacío demográfico y una ocupación pacífica del territorio. Este trabajo tiene el objetivo de analizar el presente territorio, donde cada momento, o fase se enfrentó con la presencia/llegada de un grupo y, así, nuevas territorialidad. Para ello, la investigación se basó en una revisión bibliográfica y documental sobre el caso, con la contextualización histórica del proceso de ocupación del territorio en cuestión. Como resultado del análisis, se concluyó que la STUL se utilizó de diferentes medios para garantizar su territorialización, organizando la venta de lotes rurales, propició la formación de los núcleos urbanos, estructuró y consolidó el actual territorio, superponiéndose a las demás territorialidades.

Palabras clave: Sociedad Ubá; Conflictos de Tierras; Ocupación del Territorio.

INTRODUÇÃO

O território ocupado pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. (STUL) abrange vários municípios do atual norte central do Paraná, correspondendo à 216.698,98 hectares², equivalente a 89.545,03 alqueires paulistas³, entre os rios Ivaí e Corumbataí. Nesta faixa de terras estão hoje localizados os municípios de Lidianópolis, Jardim Alegre, Ivaiporã, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Lunardelli, São João do Ivaí, Manoel Ribas e Godoy Moreira e ainda parte do município de Manoel Ribas (Figura 1).

O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de territorialização da Sociedade Territorial Ubá Ltda., entre os rios Ivaí e Corumbataí, juntamente com alguns desfechos da disputa pelo território que culminou com a ocupação do território e na legitimação da posse das terras, com a venda de lotes pela Sociedade Territorial. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental que revisa e retoma este processo, analisando-o à luz do conceito de território e territorialidades.

A pesquisa sobre o processo de territorialização da STUL entre os rios Ivaí e Corumbataí se justifica pela ausência de publicações sobre o caso, havendo uma lacuna a ser preenchida nos estudos do processo de ocupação do estado do Paraná⁴. Lacuna esta

² Área registrada em hectares de acordo com o Instituto de Terras e Cartografia do Paraná, pasta “Grilo Ubá”, em relatório resumido realizado por Jayme Ayres em 19/10/1981.

³ De acordo com sistema de conversão online de hectares em alqueires paulista.

⁴ Um dos primeiros estudos sobre a área foi realizado pela coautora deste trabalho (QUIEZI, 1999), em curso de especialização e a partir de um projeto escolar de história sobre a ocupação da área. Havia apenas referências documentais dispersas e fragmentadas, somando-se a outros dois trabalhos monográficos que tratam a questão, mas de forma ainda superficial no início da década de 1990. O caso foi retomado pelo autor do texto em um capítulo da dissertação de mestrado (DENEZ, 2009). Contudo, ainda há uma grande lacuna, sendo os autores os primeiros a desenvolver e dar continuidade às pesquisas sobre a área.

que, a partir dos estudos, compreensão, confrontação e reinterpretação de inúmeras fontes documentais existentes (processos judiciais e administrativos, fotos, reportagens em jornais impressos, documentos cartoriais, documentos de medição, relatos de expedições, etc.) podem revelar novas perspectivas, redesenhando o processo de ocupação do estado, inclusive a possibilidade de se pensar os safristas⁵ como um dos ciclos econômicos do Paraná, o qual é tratado de forma incipiente e local.

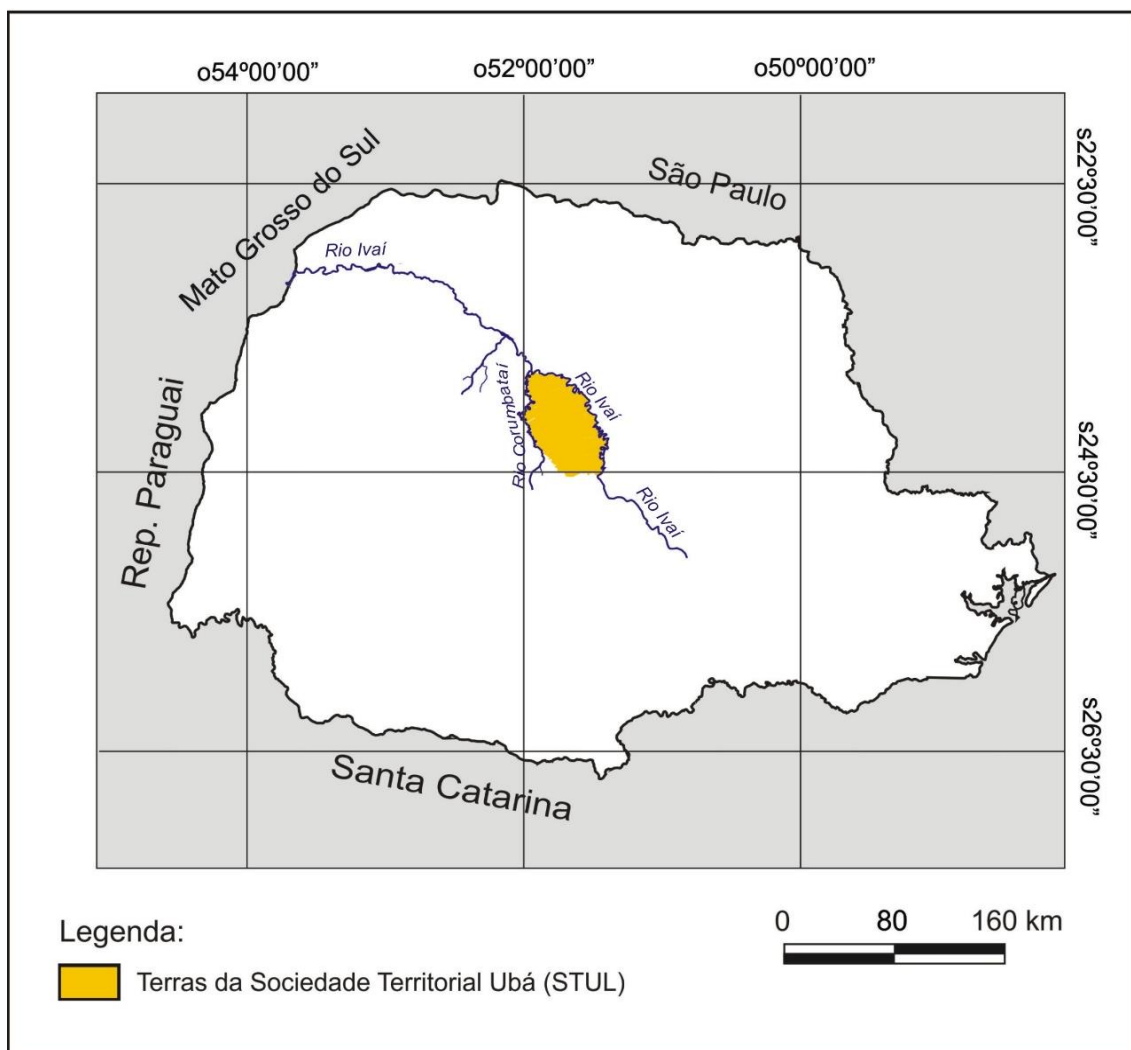


Figura 1 – Terras da Sociedade Territorial Ubá entre os rios Ivaí e Corumbataí
Fonte: IBGE (2004). Organizado por: DENEZ, C. C. (2010).

Optou-se pelo uso do conceito de território enquanto categoria de análise, por entender que a dominação e apropriação do espaço se estabelecem por e a partir de

⁵ Após os indígenas, primeiros brancos a ocuparem a região, chamados de posseiros, que inicialmente abriam picadas na mata, cultivavam milho e soltavam os porcos para engorda. Quando os porcos estavam em condições de abate eram tocados como gado até Apucarana para as empresas Matarazzo. Empresa que viria a se tornar um grande império da indústria na América Latina (QUIEZI, 1999).

relações de poder que produzem e se-reproduzem sobre o espaço em um processo continuou. Assim, denominaremos a área de estudo a partir deste trabalho enquanto ‘Território do Ubá’, remetendo ao processo histórico de ocupação, que compreende desde a apropriação da área pelas tribos indígenas e posseiros até a dominação de grileiros e do capital representado pela Sociedade Territorial em um processo de disputa por/pelo território a partir de diferentes territorialidades. O título ‘Território do Ubá’ ressignifica a área de estudo e o recorte utilizado a partir das várias nuances e territorialidades que o produziram e o produzem em um processo contraditório e contínuo que tem o território enquanto produto de processos territoriais.

A proposta aqui elaborada retoma, de forma breve, alguns antecedentes da ocupação do território por diferentes grupos e pelo capital privado no Paraná, como a territorialização das reduções jesuíticas⁶, de posseiros, grileiros e pela Sociedade Territorial que culminou com a atual configuração e conteúdo do território. Ainda se destacam os litígios de terras da fazenda Ubá e denúncias de irregularidades pela legitimação da posse das terras do território entre o Ivaí e Corumbataí pela Sociedade Territorial Ubá.

A irregularidade das terras da Ubá tem como desfecho a violência e expropriação dos posseiros pela STUL apoiada pelo aparato burocrático e repressivo do Estado para sua efetiva territorialização.

Por último, a partir do modelo de ocupação da Sociedade Territorial é possível analisar a estruturação e organização do território a partir dos objetivos do capital privado para a comercialização dos lotes rurais, o que culminou com o desenvolvimento do território induzido pela Sociedade Territorial na ocupação da área rural, porém espontâneo na formação da maioria dos núcleos urbanos, já que os mesmos não foram planejados diretamente pela STUL.

OS ANTECEDENTES E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO UBÁ

A ocupação do território entre os rios Ivaí e Corumbataí compreende um longo processo de conflitos e demandas de terras, antes da organização de qualquer povoado ou município. Neste aspecto, Souza (1995, p. 66) destaca que o território é um “campo de

⁶ Também conhecidas como missões jesuítas. No caso, refere-se aos métodos de ocupação espanhola utilizando-se da ação dos padres da companhia de Jesus (Jesuítas) da região do Guairá (Paraná) nos séculos XVI e XVII que consistia na formação de comunidades espanholas, onde os padres jesuítas eram encarregados de submeter às populações indígenas à conversão ao catolicismo e ao trabalho. Várias destas ocupações se organizaram pelo Paraná espanhol, inclusive às margens do Rio Ivaí e Corumbataí no Território do Ubá (PARELLADA, 2009 e 2014).

força”, uma “dimensão do espaço social”, neste ponto ele é “intangível” e “intocável”, ele é imaterial, porém, é a expressão espacial sobre o espaço.

Um campo de força, onde há relações de poder, envolvendo conflitos e disputas guiadas por interesses que estabelecem a delimitação do território sobre determinada área, até onde vai a influência dos atores que o produzem por meio das relações que estabelecem. Da mesma forma, um território moldado por diferentes territorialidades que se desenvolveram ao longo de diferentes temporalidades por parte de diferentes grupos que produzem o território. Assim, é importante também compreendermos a territorialidade, que “tem alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de maneira relacional” (SAQUET, 2010, p. 149). A territorialidade é construída de forma relacional e representa a ação no interior do território ou na produção de territórios e “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

É necessário lembrar que o território do Ubá foi habitado anteriormente por vários povos indígenas, onde a única lembrança desta ocupação são alguns machados de pedra polida, que são popularmente chamados de “pedra raio”. Existem ainda outras fontes inexploradas, conforme pesquisas de Mota e Novak (2008), onde inúmeros sítios arqueológicos foram identificados e devidamente registrados no território, mas sem continuidade ao processo de escavação e estudos arqueológicos. Ainda de acordo com estes autores, a ocupação do território do Ubá remonta a 8.000 anos do presente, com as tradições Umbu e Humaitá, passando em 3.000 anos antes do presente (AP), pelas populações indígenas Xetá, Guarani e Kaingang.

Em Steca e Flores (2002), há quatro séculos, o território paranaense pertencia à Espanha, pelo Tratado de Tordesilhas com o Reino de Portugal. A ocupação se deu a partir da fundação de *Ciudad del Guayra*, na margem esquerda do rio Paraná, em 1544. Para Steca e Flores (2002), a partir de então ocorreu a largada para a organização de pequenos povoados mesclados de espanhóis e indígenas. Tais povoados, denominados de reduções, eram organizados pelos padres jesuítas com o objetivo de evangelização dos indígenas, conforme exposto acima.

Somente a partir do XVI é que os brancos vão chegar com a presença dos jesuítas, frente à ocupação espanhola, depois os expedicionários ingleses no século XIX. E, por fim, os posseiros, grileiros, imigrantes, migrantes e a Sociedade Territorial Ubá Ltda., juntamente com o governo do estado, no século XX. Sendo as primeiras décadas do século

XX o período de maior conflito por conta das negociações, processos e confrontos pela ocupação e posse das terras do território do Ubá.

De acordo com as pesquisas da arqueóloga e geóloga Claudia Inês Paralleda (2009 e 2014), algumas reduções jesuítas no século XVI teriam se organizados entre os rio Ivaí e Corumbataí, apesar da confirmação exata ainda ser um desafio para a pesquisa. A Figura 2 registra uma perspectiva que vai se evidenciando e demonstrando os processos de ocupação do território em questão, assim como suas territorialidades ao longo de diferentes temporalidades, pois teriam tais reduções sido expulsas e seus padres mortos pelas populações indígenas que já ocupava o território.

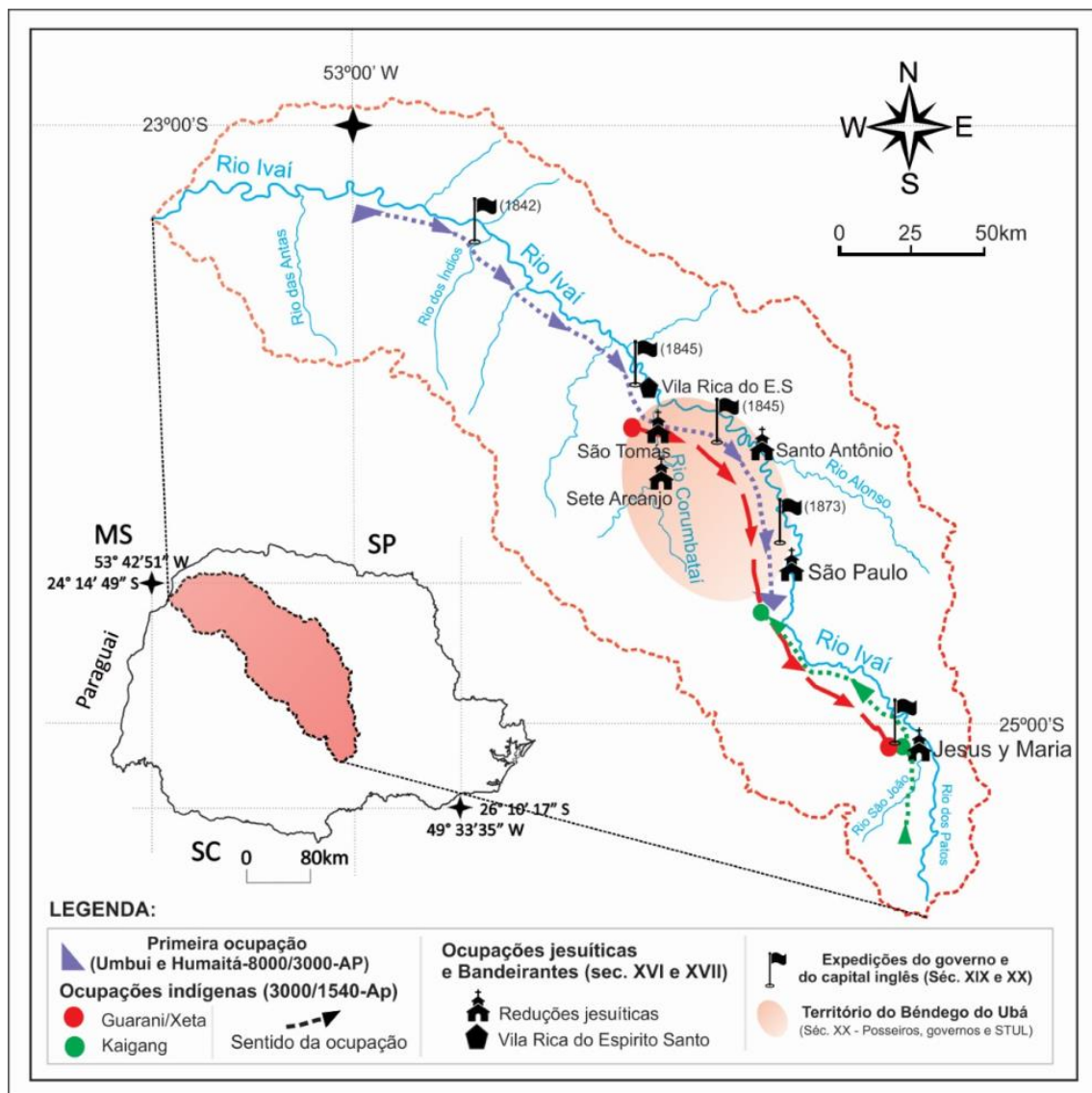


Figura 2 – Ocupações do Território do Ubá.
Organizado por: Queizi, S. A.; Denez, C. (2016).

À exceção da Cidade de Vila Rica do Espírito Santo (Fênix), todas as demais

reduções desta região, conforme Paralleda (2009, p. 67), não teria perdurado mais que dois anos.

[...] o que faz com que os vestígios pareçam similares a de grandes aldeias, porém uma análise detalhada dos materiais, principalmente a cerâmica, além da presença de estrutura em taipa de pilão e alvenaria em pedra, associada aos dados históricos recuperados em documentos impressos, podem caracterizar áreas de forma definitiva.

Os estudos da ocupação do Território do Ubá, de acordo com a Figura 2 e aplicado o que aponta Paralleda (2009), nos permite identificar, contudo ainda sem afirmar categoricamente, a presença de quatro reduções jesuítas às margens dos rios Ivaí e Corumbataí, sendo elas: Santo Antônio, São Paulo, São Tomás e Santo Arcanjo. Destacam-se maiores evidências da existência para a Santo Antônio pela amplitude dos estudos, os quais, de acordo com Queizi (2016), já registraram relatos concretos da presença dos kaingang em aldeia e a presença de paleoterritórios⁷. As populações indígenas que percorriam o rio Ivaí de Fênix à Tereza Cristina em Candido de Abreu, num movimento de idas e vindas, inter-relacionando-se, inclusive com os expedicionários, ora de forma “amigável” a partir de negociações, ora de forma conflituosa. Ainda hoje, em períodos de estiagem no rio Ivaí, é possível verificar os resquícios do sistema de pesca indígena Pãri.

Apropriando-se de Eric R. Wolf (1999), a ocupação das terras entre os rios Ivaí e Corumbataí pode ser analisada a partir da multiplicidade de processos interligados que fazem conexão com a totalidade. No caso, a ocupação do Paraná e também o projeto econômico do Brasil de expandir a produção cafeeira e as bases do sistema de acumulação capitalista.

A organização desse território deve ser compreendida a partir da política brasileira, também adotada pelo governo do Paraná, de promover a vinda de imigrantes europeus com ilusórias promessas de terras férteis para o cultivo de café, onde fariam riqueza, bem como a migração ocorrida dentre as demais unidades administrativas do Brasil para o Paraná. Na revista História de Londrina (1967) pode-se verificar que os anúncios exacerbavam as terras como sendo de alta qualidade, vendas à prestações, vantajosa produção de café, o assombroso progresso da região e em letras garrafais “Não há

⁷ Conceito proposto como uma parte do processo sucessional e definido como a espacialização das resultantes ecológicas decorrentes do uso dos ecossistemas por populações passadas. {...} Um paleoterritório pode ser o resultado da forma de uso de uma única cultura agindo em uma mesma área por um curto tempo ou, pelo contrário, muitas culturas agindo em um vasto espaço por muito tempo (OLIVEIRA, 2016, p. 281-282).

saúvas”⁸. Dos grupos europeus destacam-se a presença dos portugueses, italianos, ucranianos e poloneses no Território do Ubá.

Para Bernardes (1953), a ocupação do Paraná pode ser explicada pelas chamadas Frentes de Colonização (Figura 3), sendo: a Frente Tradicional, a Frente do Norte e a Frente Sulista. Neste enfoque, ressalta-se a existência de “três Paranás”, constituídos por diferentes culturas que formaram vários territórios no estado. É possível pensar no encontro destas frentes de colonização na região do Território do Ubá, onde já estava às populações indígenas, isso no início do século XX.

No imenso quadrilátero paranaense, a região de Pitanga foi o primeiro aglomerado, a partir do qual foram abertas picadas em direção norte, até chegar ao território em questão. A partir desta política governamental e das companhias privadas de incentivo à ocupação, os primeiros a ocupar a área entre o “Ivaí e o Corumbataí” chegaram em 1930, os chamados posseiros, que se aventuravam nas matas, abrindo novos lugares no sertão. Os posseiros ou caboclos tinham um conceito diferente de propriedade. Para eles, a terra não se comprava, ela deveria ser habitada e cultivada e não era dada importância à documentação. “Os posseiros dedicavam-se ao cultivo de milho em pé para a engorda de porcos na safra; os safristas sempre buscavam terras novas para suas grandes roças” (QUIEZI, 1999, p. 23).

⁸ Saúvas são formigas cortadeiras que representavam riscos para a agricultura naquela época. Estes anúncios circulavam em jornais na Europa, visando também atrair imigrantes para a região.

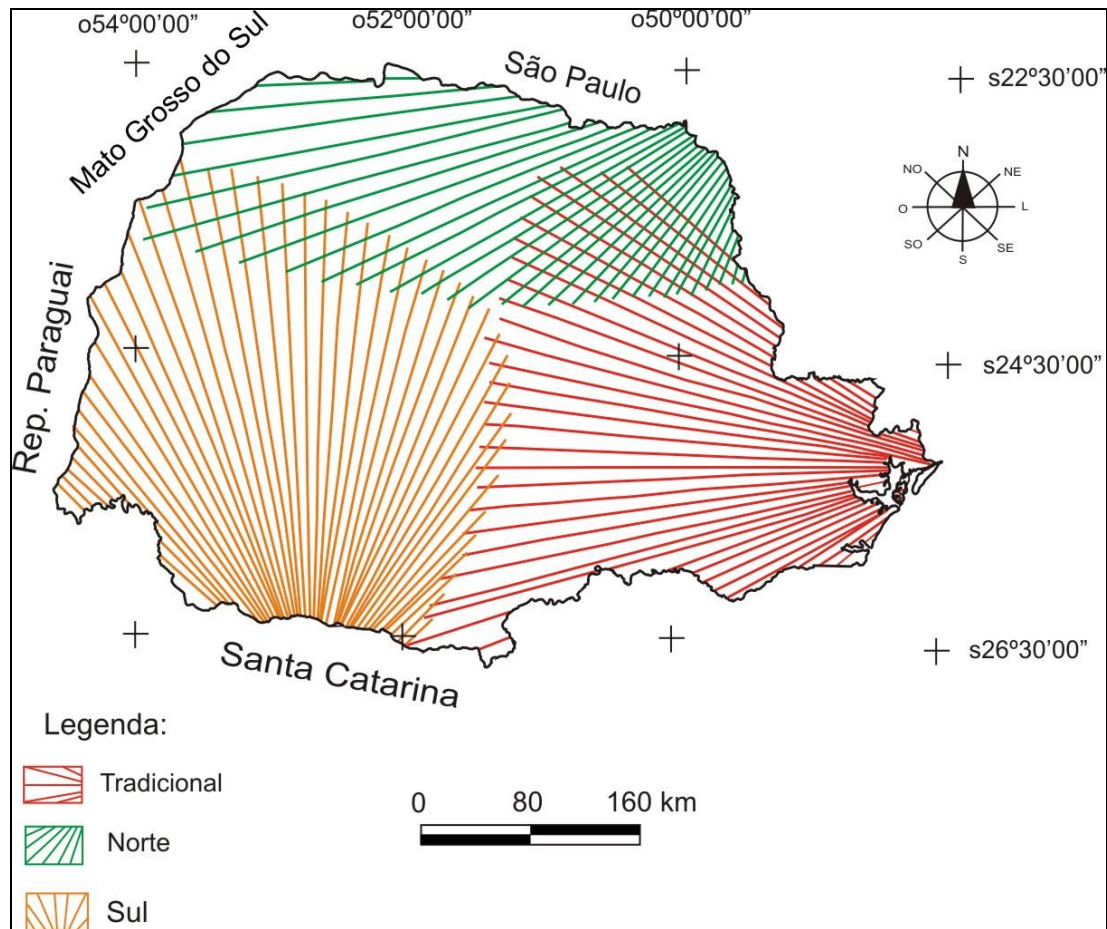


Figura 3 – Frentes de Colonização do Paraná.
Organizado por: Denez, C. C. (2018).

O processo de territorialização da STUL entre o rio Ivaí e Corumbataí demonstra a disputa pela apropriação ou dominação do território por parte dos atores que se sucederam em diferentes temporalidades. Podemos citar as reduções jesuíticas que se territorializaram no passado (século XVI), já confrontando com as populações indígenas que aqui estavam, e, por mudanças condicionadas pelas orientações políticas e econômicas acabaram sendo expulsas ou empurradas para outros espaços. Posteriormente, no século XIX, o capital privado internacional aliado ao governo do Brasil investe no reconhecimento deste território, já pensando na ocupação e estruturação territorial com a construção de ferrovias e expansão da agricultura cafeeira. Várias são as expedições chefiadas por engenheiros e agrimensores que percorrem o território. E, no início do século XX, já visando à implantação do projeto de ocupação destas terras, capital internacional por meio das companhias de terras, tendo apoio e proteção de políticos do governo, avançam ao território.

Estes últimos, com as frentes de ocupação, vão encontrar a região já habitada pelos indígenas e por alguns posseiros e tentam a todo custo afirmar que as terras eram devolutas

e sem ocupações. Inicia-se então, um longo processo judicial que demandou não só tramitação na esfera jurídica, mas confrontos armados, mortes, expulsão, destruição de lavouras, segregação das populações indígenas, o que vai levar a um processo de desterritorialização do posseiro e dos kaingang que ainda persistiam por aqui.

A desterritorialização se apresenta inicialmente como uma crise de limites, conflitos e disputas entre diferentes territorialidades presentes anteriormente. Lembrando que a construção de territorialidades se dá por meio das relações que se produzem ao se constituir um território e que se reproduzem em seu interior ao longo do tempo. Com a desterritorialização sempre haverá uma reterritorialização, levando ao processo denominado de “T-D-R (territorialização, desterritorialização e reterritorialização)” (RAFFESTIN, 1993, p. 275). Com a desterritorialização, através das mudanças que levam às modificações das organizações das relações de poder no espaço, há a reterritorialização de um modo de organização que permanecerá estável no território, até uma nova mudança e, assim, um contínuo processo de TDR.

No final da década de 1940, começaram a chegar migrantes catarinenses, mineiros, paulistas e nortistas no território do Ubá. Nesse período, as pessoas que vinham de Pitanga e Manoel Ribas encontravam as que tinham atravessado o rio Ivaí vindas do norte do Paraná e do estado de São Paulo. Chegaram também muitos ucranianos e poloneses que reemigravam da colônia de Prudentópolis, Centro-Sul do estado do Paraná. Essa reunião de diferentes culturas, pode-se dizer, foi resultado do encontro das frentes pioneiras na região, e assim de diferentes territorialidades que se encontraram neste ponto do território paranaense.

Na década de 1950, a região foi marcada pelos conflitos pela posse da terra. Posteriormente, a Sociedade Territorial Ubá Ltda., já detentora legítima das terras, promoveu o incentivo à vinda de migrantes para adquirir a própria terra e cultivar café, sendo a maioria do norte do Paraná e do estado de São Paulo. Neste momento também chegam alguns portugueses e italianos, muitos deles vindos de São Paulo, adentrando pelo norte paranaense. Porém, é necessário antes disso interpretar os processos de disputa que se estabeleceram no território para a legitimação da territorialização da Sociedade Territorial.

A DISPUTA DO TERRITÓRIO: tem grilo na Ubá?

A história do Norte do Paraná, a exemplo do resto do estado e do país, foi de

conflitos no campo, que surgiram com a questão das terras devolutas e se agravaram com o fim do império, somando-se ao projeto desenvolvimentista que pregava o progresso econômico rural a partir do cultivo do café. De acordo com Ferreira (1987), estas terras passaram a ser de responsabilidade das unidades federativas e, paralelamente, com a iniciativa governamental direta e indireta de ocupação a partir dos interesses do capital internacional. Para ocupá-la, o estado do Paraná recorreu à concessão de terras para empresas privadas. Por outro lado, ocorreram as ocupações não legalizadas destas terras, que entraram em choque com os interesses das empresas colonizadoras e, com isso, houve o estopim em um verdadeiro “barril de pólvora” no processo de ocupação do território em questão. Ao mesmo tempo cronológico, o Território do Ubá contava com a ocupação das populações indígenas, já em declínio seja pelo genocídio ou pela segregação em reservas, posseiros diversos, imigrantes europeus, migrantes paulistas e mineiros e a presença da Sociedade Territorial Ubá Ltda. que disputava e em 1950 legitima a posse destas terras. O cenário era de conflitividade e bem contrário ao vazio demográfico apresentado em versões oficializadas da história disponibilizada e assumida pelo governos municipais do território e outras instituições legitimadoras das versões oficiais da Sociedade Territorial.

Segundo Ferreira (1987), nas primeiras décadas do século XX, o conflito típico que se desenvolve é a luta pela terra, entre os chamados posseiros, que exerciam atividades de subsistência, contra fazendeiros e empresas colonizadoras voltadas à exploração comercial com investimento de capital. Com estes agentes sociais em conflito, houve os mais variados graus de violência, podendo se destacar, além dos posseiros e proprietários de terras, os chamados grileiros, muitas vezes em litígio, tanto com posseiros quanto com proprietários legais, mas com interesses similares aos do proprietário, ou seja, a apropriação da terra. Quando não, sendo os mesmos – grileiros que depois se legitimam em proprietários.

Esta questão da grilagem de terras no Paraná, com especificidade para o Território do Ubá, além da demanda judicial entre a União e a Sociedade Territorial Ubá Ltda., que perdurou de 1929 a 1950, também foi amplamente denunciada pelo agrimensor de terras Edmundo Alberto Mercer, através do Jornal Diários dos Campos de Ponta Grossa, já nos anos 1913, quando este se referia ao “Grilo Ubá” ou Fazenda Ubá, como *Os Bendengós*⁹. O

⁹ *Bendengó*: Conforme dicionário Aurélio de Língua Portuguesa Básico, Bendengó tem três definições: 1- Aerólito caído no sertão da Bahia, e que se conserva no Museu Nacional do Rio de Janeiro; 2- Coisa descomunal; 3- Certo penteado. (FERREIRA, 1988, p. 91). Esse termo foi usado também por Edmundo Alberto Mercer para se referir às pessoas que se apossavam de terras ilegalmente no território do Ubá, bem como em outros territórios, pautados em um discurso de que as terras seriam devolutas e incultas, e, que eram aviltadas do Estado do Paraná, sobretudo nas primeiras décadas do séc. XX. (MERCER, 1913 apud QUIEZI, 2013, p. 68). Ainda conforme pesquisas de Lucio Tadeu Mota, a partir dos relatos de Ozório (1910,

que nos leva a supor que as demandas de terra já ocorriam entre os proprietários anteriores da Fazenda Ubá (Alberto Landsberg) e o estado.

Com os projetos de ocupação, a STUL solicitava a desocupação das terras em um prazo de noventa dias, exigindo a saída dos posseiros que muitas vezes não atendiam e eram retirados de forma violenta. A ocupação do território entre o Ivaí e o Corumbataí pode ser considerada enquanto um processo de territorialização, mediado por territorialidades nos conflitos pela apropriação do território em questão com a expropriação dos posseiros e indígenas.

Os irmãos Braúlio e Leovegildo Barbosa Ferraz teriam adquirido uma área de 89.545,03 mil alqueires paulista da viúva de Landsberg, Lucy Ethel Landsberg, em 1929. A escritura pública está registrada no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos de Cambará (constituição da STUL), constando também no Registro Geral de Imóveis e Hipotecas da comarca de Guarapuava (legitimação da compra das terras), município ao qual estava vinculada à época a vasta região em questão.

A primeira descrição do terreno, de 2 de dezembro de 1853, deixa muitas dúvidas sobre as divisas do imóvel, deixando margens para que o comprador mudasse esses limites como bem entendesse. Queizi (1999) menciona que a primeira descrição dizia apenas que o terreno ficava à margem esquerda do rio Ivaí num lugar chamado de Salto Grande, possibilitando que os futuros proprietários ampliassem os limites, no modelo da divisa cantada, o máximo possível, ocupando toda a margem esquerda do rio Ivaí até a confluência com o rio Corumbataí.

Conforme o imposto de transmissão (SISA), pago em 8 de dezembro de 1853, na coletoria de Guarapuava, no valor de 28\$000 (vinte e oito mil contos de réis), o terreno corresponderia a aproximadamente sete alqueires. O terreno de João Fordie corresponderia a 100.000 alqueires. “Ele vendeu uma parte para João Alberto Munhoz em 1900 e outra parte de 89.545,03 alqueires para Alberto Landsberg em 1912, e a STUL adquiriu as terras do Ubá da viúva de Landsberg em 1929” (QUIEZI, 1999, p. 17). Faz-se necessária uma investigação documental mais detalhada, a qual já está sendo providenciada para averiguar se a adulteração nas divisas do Território do Ubá foi feita no ato da compra e escritura por Alberto Landsberg ou se no ato da compra e escritura, após demanda judicial, pela Sociedade Territorial Ubá Ltda. Sem desconsiderar a ação violenta e, muitas vezes ilegal, praticada pela STUL, tudo leva a crer que a adulteração tenha sido feita já nos anos de 1900 nas transações entre João Alberto Munhoz e Alberto Landsberg. Já são muitas evidências

p. 8), a palavra *Bendegó* (de mesma variação *Bendengó*) era utilizada pelos kaingang no Paraná para se referir às demarcações de terras como concessões escandalosas (MOTA, 2014, p. 378).

documentais que nos fundamentam nessa direção¹⁰.

Denúncias, contestando a legalidade das terras do Ubá, tornaram-se frequentes a partir de 1913, onde vasta área de terras do Norte do Paraná teria registro fraudulento com a ampliação dos números em escrituras. Acredita-se que, com as denúncias, a Secretaria de Obras Públicas e Colonização realizou verificação e perícia judicial, as quais comprovaram a adulteração de registros, demonstrando o problema da grilagem de terras do Paraná.

A STUL comprou 89.545,03 alqueires de terras a partir do inventário da família Landsberg, quando essas já estavam sob denúncias. A STUL foi organizada para a compra da Fazenda Ubá. Fundada em 5 de março de 1929 como sociedade civil por quotas, com sede em Cambará, de propriedade dos irmãos Barbosa Ferraz¹¹, banqueiros e advogados, somando 16 sócios, Leovigildo Barbosa Ferraz, ficou com a responsabilidade da administração. Posterior à demanda judicial com o estado do Paraná, e, com base nos estudos de Cezar Felipe Cardozo Farias (UEM), observando a documentação de registro e os mapas oriundos da organização das áreas e lotes para comercialização, verifica-se a divisão do Território do Ubá em glebas ao modelo das antigas sesmarias (sistema inicial de partilha das terras do Brasil)¹². As linhas divisórias vão de rio a rio (do Ivaí ao Corumbataí), fatiando o território em glebas. Os sócios, proprietários destas glebas, vão constituindo empresas para a comercialização das terras. Dentre elas, citamos a própria Sociedade Territorial Ubá Ltda. (detentora da maior área), a Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda. e Espólio de Max Wirth.

A família Barbosa Ferraz teve forte influência no processo de ocupação do norte paranaense. O Major Barbosa Ferraz Junior, grande fazendeiro paulista, adquiriu extensas áreas de terras na região de Cambará, cultivando um milhão de pés de café e com seus filhos, Leogivildo e Bráulio Barbosa Ferraz, fundou a Companhia Agrícola Barbosa Ltda. Em parceria com outros fazendeiros a família Barbosa Ferraz fundou a Companhia Ferroviária Noroeste do Paraná, recebendo a concessão do governo do estado para a construção da estrada de ferro, ligando Cambará ao Porto de Santos. Para Keller (1975), a fazenda Barbosa Ferraz ficou conhecida até no exterior, atraindo o interesse dos ingleses,

¹⁰ O pesquisador, Cezar Felipe Cardozo Farias (UEM), desenvolve dissertação de mestrado propondo-se a verificar esta questão e vem analisando documentação levantada e organizada por ele, as quais estão à disposição no Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações – PIESP, do Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história – LAEE e Central de Documentação – CDO da Universidade Estadual de Maringá, apoiada pelas agências de fomento da CAPES e FINEP.

¹¹ A família Barbosa Ferraz vinda da oligarquia tradicional paulista ocupou papel de influência econômica e política na colonização do Norte do Paraná, estando presente na colonização das cidades de Cambará, Andirá, Cornélio Procópio, Leopólis e parte do chamado Vale do Ivaí.

¹² Esta é uma hipótese em desenvolvimento, defendida por Cezar Felipe Cardozo Farias, mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

que antes de adquirirem terras da região de Londrina fizeram uma proposta de compra, porém, Barbosa recusou.

Em 1939, Getúlio Vargas se torna presidente no Brasil e o estado do Paraná passa a ser governado pelo interventor Manoel Ribas. Contestada a legitimidade das terras da Sociedade Territorial Ubá Ltda., o interventor promove a retomada de lotes de terras, classificando-as como devolutas do estado. A partir disso começou o confronto judicial entre a Sociedade Territorial Ubá Ltda. e o governo do estado do Paraná.

Em 1950, quando o Paraná já estava sob o governo de Moíses Lupion, a STUL e o estado do Paraná chegaram a um acordo, no qual o estado desistiria de pleitear a posse e qualquer tipo de indenização. O litígio com o estado do Paraná custou caro à STUL que, para manter o processo, buscou outros sócios originando novas empresas colonizadoras, uma delas, a Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda. Outro custo à STUL, que fora parte das negociações para findar a demanda judicial, foi a construção da “estrada de rodagem, com cinco metros de leito, na diretriz Pitanga-Apucarana, bem como, as estradas vicinais necessárias ao acesso aos lotes vendidos” (PARANÁ, 1981, p. 19). No acordo também previa a construção de escolas em cada um dos núcleos coloniais ou patrimônios a serem constituídos. Dessa forma se consolidava a legitimação da Sociedade Territorial sobre o território, porém com a resistência dos posseiros.

A POSSE DO TERRITÓRIO E A REVOLTA DOS POSSEIROS

O impasse entre STUL e governo do estado gerou um clima de instabilidade na região. O governo, no período da intervenção do governo Vargas, considerando as terras devolutas, autorizava a entrada de posseiros, muitos dos quais receberam protocolos para posterior regularização fundiária. A STUL intimidava os posseiros ameaçando-os de despejo. Os posseiros, neste período, davam mais credibilidade ao “papel” do governo que aos títulos da STUL.

Em 1948 Ludovico Mérico conseguiu, junto ao estado, autorização oficial para a vinda de colonos de Santa Catarina, 200 famílias engrossaram o número de posseiros no território. O que deixa a situação na região mais tensa ainda, pois estas 200 famílias vão também conflitar com a população indígena Kaingang, que, segundo Mota e Novak (2008), também possuía a titularidade das mesmas terras destinadas aos colonos de Santa Catarina.

De acordo com relatório “Grilo do Ubá”, disponível no Instituto de Terras e Cartografias do Paraná, emitido por Ayres (1981, p. 18), no ato da regularização e fim do

processo judicial o estado do Paraná entrega aos proprietários da STUL uma relação com 28 nomes de ocupantes do Território do Ubá, os quais já tinham pagado as primeiras prestações das terras ao estado, ficando somente duas partes a serem quitadas diretamente à STUL, a qual deveria manter os mesmos valores negociados. Contudo, no mesmo documento, reconhece o estado a existência de outros tantos títulos emitidos a compradores que ainda não tinham feito pagamento algum, cabendo à regularização a ser feita pela STUL, ressalvadas, entre outras, algumas condições: manter o preço em vigor no estado para terras devolutas; reserva de área de 25 hectares para família requerente (posseiros) e que esteja morando comprovadamente há dez anos ou mais na região, assegurando-lhes o direito de expandir suas propriedades adquirindo até 100 hectares.

Vencida a questão judicial, a STUL ganha forças para promover a retirada dos posseiros de suas terras, sem, contudo, assegurar todas as condições estabelecidas no acordo judicial para com os posseiros e outras famílias que já estavam no Território do Ubá, situação que gerou vários conflitos entre a STUL e os posseiros.

Os colonos eram comunicados que deveriam comprar as terras que já eram suas por direito de uso ou seriam expulsos. Não cumprido o comunicado, os empregados da STUL exerciam a ordem de despejo, muitas vezes com o uso da força. Queizi (1999) salienta que havia casos em que os empregados da STUL cortavam toda a plantação de milho para expulsar as pessoas, jogando-as juntamente com seus pertences para o outro lado do rio Ivaí. Em outros casos matavam, torturavam e tiravam-lhes tudo o que possuíam.

Mesmo com a legitimidade da STUL, a situação permaneceu instável. Depois de tantos anos de incertezas, os colonos não acreditavam mais nos administradores da Sociedade Territorial. Em decorrência da expulsão dos posseiros, em 1952, ocorreu a chamada revolta dos posseiros, os quais se uniram e construíram a resistência. Queizi (1999) lembra que uma comissão representando o estado do Paraná se deslocou até a área para fazer um acordo com os posseiros, e se criou uma expectativa, porém esta comissão era a Polícia Militar em defesa do direito de propriedade da STUL. Estava marcado um encontro entre os posseiros e os proprietários da companhia colonizadora para negociação, com cerca de 450 posseiros e colonos que aguardavam a chegada dos representantes da STUL. Porém, apareceram de surpresa 180 homens muito bem armados do batalhão da Polícia Militar.

Como lembra Villalobos (2001), foi neste momento que se iniciou a formação do corpo da Polícia Militar no Paraná, devendo seus contingentes ser distribuídos

estrategicamente no interior do estado para funcionar como força de controle de reações e perturbações do ambiente social e político. O autor ainda lembra que o governo de Moyses Lupion (1947-1951) e o de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) consideravam que os conflitos sociais existentes no Paraná eram produtos da falta da organização e aparelhamento da Polícia Militar. Nesse sentido, a presença da Polícia Militar trouxe a ordem para as perturbações sociais “causadas” pelos posseiros. Sufocada a resistência, vencidos os posseiros, finalmente a STUL impôs o seu modelo de organização, estruturação e ordenamento do território do Ubá.

O MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA STUL

A Sociedade Territorial Ubá Ltda. utilizou o sistema de loteamento semelhante aos promovidos pelas empresas colonizadoras do Norte do Paraná. A Família Barbosa tinha experiência em loteamento de terras no Norte Pioneiro. Essas empresas organizavam a ocupação baseada em pequenas propriedades, com pequenos lotes e com prazo e parcelamento para pagamento, o que se tornava fácil encontrar compradores. Quanto mais colonos comprassem e cultivassem a terra, melhor, pois esta ocupação geraria um comércio local mantendo pequenas cidades e estimulando a venda de lotes urbanos.

O loteamento organizado pela STUL, empreendimento imobiliário cuja ocupação valorizava as terras a partir do ordenamento e estruturação do território, garantindo o lucro da Sociedade. A STUL concedia uma série de facilidades de pagamentos, com condições de até quatro anos de parcelamento, com o tamanho das propriedades em média de nove alqueires. Os migrantes que chegavam e territorializaram-se entre os rios Ivaí e Corumbataí eram, geralmente, posseiros e grileiros (os que conseguiram fazer acordos com a STUL). Tudo era mata, não havia aglomerado urbano, o mais próximo eram Apucarana ao norte e Guarapuava ao sul no Paraná.

Na terra demarcada, os posseiros cultivavam milho para a engorda de porcos e, quando o milho estava pronto para a colheita, soltavam os porcos para a pastagem. Os porcos não podiam engordar muito porque para serem comercializados teriam que enfrentar uma longa caminhada e se estivessem gordos não aguentariam a viagem. Cancian (1981) aponta que esta tendência se deu pelo Norte do Paraná e conseqüentemente no território em questão, pelo fato de estar “longe dos portos e sem caminho que ligasse satisfatoriamente o sul e o norte do estado, as exportações eram proibitivas” (CANCIAN, 1981, p. 53). Nesse período, as plantações eram feitas somente por posseiros e de forma

rústica, já que não havia acesso, como mencionado por Cancian (1981), com estradas eficientes ao sul do estado ou norte para São Paulo. Com o processo de colonização dirigido por companhias de capital privado, as estradas, ferrovias e os núcleos urbanos se desenvolveram a partir de uma economia sustentada pela cultura cafeeira. A atividade cafeeira foi a grande marca do processo de ocupação do norte do Paraná. Cancian (1981) salienta que ocorreram três fases da cafeicultura paranaense:

1. A primeira no Norte Velho, desde a divisa com São Paulo até o rio Tibagi, a partir do final do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929.
2. No Norte Novo, do Rio Tibagi, passando por Londrina, até as margens do Rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta da Segunda Guerra Mundial, acelerando posteriormente. Nessa fase, a cafeicultura no Norte Pioneiro sofreu transformações profundas.
3. Do Rio Ivaí ao Piquiri, no Norte Novíssimo e deste último até o Rio Iguçu, no extremo Oeste Paranaense, entre as décadas de 1940 a 1960, quando encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense (CANCIAN, 1981, p. 51/52).

A cafeicultura paranaense estava ancorada a São Paulo, pela “própria ocupação por elementos paulistas” (CANCIAN, 1981, p. 55). Devido à estagnação da economia cafeeira paulista, por vários fatores, como a baixa dos preços pela grande oferta do produto e até pela proibição do plantio de novos cafezais pelo acordo de Taubaté, que ocorreu após “a crise cafeeira que antecedeu em alguns meses o crack da Bolsa de Nova York, constituiu-se no ponto inicial de estrangulamento do setor, nos moldes como até então estavam organizados” (CANCIAN, 1981, p. 68). Entre esses fatores está também a perda da capacidade produtiva dos solos do estado de São Paulo. Com estes condicionantes os fazendeiros paulistas começaram a se dirigir ao norte do Paraná: “Um dos mais conhecidos foi Antônio Barbosa Ferraz, que procedendo de Ribeirão Preto, vendeu ali suas propriedades e se instalou entre Ourinhos e Cambará, plantando no início do século, um milhão de pés de café” (CANCIAN, 1981, p. 55).

Na colonização do Norte Pioneiro o cultivo do café seguia a tradição de monocultura que é um “traço da cafeicultura brasileira” (CANCIAN, 1981, p. 55). Com o tempo e as tendências do mercado, a forma de produção da cultura cafeeira se alterava, para Cancian (1981), o preço alto do produto estimulava a grande produção e a monocultura. Já os preços baixos fomentavam a pequena propriedade de mão de obra familiar e a diversificação da produção. Assim, “monocultura e policultura era uma questão de preços e de mercado” (CANCIAN, 1981, p. 66). Porém, fatores que culminaram para uma economia cafeeira recessiva não mudaram a forma de ocupação no Norte do Paraná

pautada nesta cultura. “A fertilidade das terras ainda novas diminuía os custos. Contudo, devem ser levadas em consideração duas questões: o aumento do plantio de café em pequenas propriedades e a ausência do mesmo dinamismo que se observa quando os preços estão altos” (CANCIAN, 1981, p. 68).

A colonização realizada pelo capital inglês incentivava a produção cafeeira a partir da pequena propriedade, que pela forma de cultivo nestes moldes contribuía para o povoamento na área rural e urbana. Como as terras do Norte do Paraná contribuía para a colonização sustentada por esta cultura, a economia cafeeira aqui não seguiu a regra de estagnação como no estado de São Paulo. Nesta perspectiva, o fluxo produtivo seguiu para o norte do Paraná “após a proibição que pesou sobre São Paulo nas décadas de 1930 e meados de 1940, adquiriu velocidade crescente” (CANCIAN, 1981, p. 77).

O café começou a ser plantado no território entre os rios Ivaí e Corumbataí por volta dos anos 1950, quando a STUL iniciou o loteamento e vendas das terras entre os rios Ivaí e Corumbataí. Assim, na análise de Cancian (1981), se processou na terceira fase da cafeicultura paranaense. Quando a STUL venceu na justiça e conseguiu definitivamente a posse da fazenda Ubá, começou a vender as terras em lotes pequenos, nunca superiores a vinte alqueires. Os compradores geralmente eram pessoas de fora, que estavam interessadas no cultivo do café, expandindo-se mais ao oeste e sul do estado que possibilitava o seu cultivo.

Para comprar terras da STUL era necessário pagar 30% de seu valor e os 70% restantes eram divididos em quatro anos. Adquiridas ou negociadas com a STUL, as terras eram desbravadas, as madeiras usadas para construção das casas e as sobras vendidas para a serraria, ou simplesmente trocadas pela madeira já cortada. A cultura cafeeira exigia o emprego de muita mão de obra, contribuindo para o aumento da população.

O café dos sítios passou a ser beneficiado ou nas grandes propriedades, quando o fazendeiro se dispunha dilatar seus rendimentos, beneficiando ou mesmo comercializando o café dos pequenos produtores, ou então, o beneficiamento passou a ser feito nos núcleos urbanos, emergentes no cenário cafeeiro, resultando no aparecimento de uma nova figura – maquinista (CANCIAN, 1981, p. 77).

A pequena produção contribui para uma nova divisão do trabalho em que “os grandes proprietários diversificaram, ampliaram e expandiram suas atividades – passaram a beneficiar e comercializar a produção de pequenos e médios ‘sítios’” (CANCIAN, 1981, p. 82). Assim, a divisão do trabalho consistia na separação da produção, do beneficiamento e comercialização do café.

O território do Ubá situa-se “abaixo” do paralelo 24°, Cancian (1981) lembra que as condições ideais para a produção do café estavam “acima” deste, porém, a ânsia por lucros, dados aos preços e incentivos pouco respeitou barreiras naturais. O território em estudo seguiu as tendências de ocupação do norte do Paraná, se processando na sua terceira fase, responsável para a ocupação da área. Desta maneira, a ocupação se pautou na cafeicultura e na diversificação das pequenas propriedades de mão de obra familiar. Este modelo propiciou a formação de pequenos aglomerados urbanos como foi o caso dos oito municípios que constituem o atual Território do Ubá, conforme mostra a tabela abaixo. Nota-se o crescimento populacional nos anos de euforia do café e seu declínio já nas primeiras décadas do século XX.

Mudanças externas, de conjuntura internacional, propiciaram o deslocamento de grandes empresas para os países subdesenvolvidos e alteraram a forma de ocupação e produção no campo. Atrelado ao processo de industrialização estava o chamado processo de modernização agrícola, que condicionou mudanças na forma de cultivo do café na região Norte do Paraná e a produção cafeeira. Com a cultura cafeeira, “entre 1940 e 1970, a população rural cresceu a altas taxas, apresentando um saldo migratório positivo de aproximadamente 2.800 mil habitantes” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 21).

TABELA 1 – Municípios do Território Ubá e desmembramentos entre 1960 a 1997.

Município	Ano de criação	Município do desmembramento	População inicial ¹³	População estimada (2016)	Área territorial
Ivaiporã	25/07/1960	Manoel Ribas	67.998*	32.715	434,662 km ²
Jardim Alegre	14/12/1964	Ivaiporã	34.964	12.104	410,772 km ²
São João do Ivaí	29/12/1964	Ivaiporã	47.988*	11.115	352,632 km ²
Godoy Moreira	01/01/1990	São João do Ivaí	6.809	3.211	132,467 km ²
Lunardelli	01/02/1983	São João do Ivaí	9.869	5.095	198,929 km ²
Lidianópolis	01/01/1993	Jardim Alegre	4.912	3.717	152,533 km ²
Arapuã	01/01/1997	Ivaiporã	4.521	3.384	218,040 km ²
Ariranha do Ivaí	01/01/1997	Ivaiporã	3.005	2.330	237,582 km ²
* Total da população inicial considerando os Municípios de Ivaiporã e São João do Ivaí que deram origem aos demais (IBGE, 1970)			115.986		
Total da população estimada (IBGE, 2016)				73.671	
Total de quilômetros quadros					2.137,617 km ²
Conversão para alqueires Paulistas					88.331,27

Fonte: IBGE e IPARDES. Organização: QUIEZI, Simone A. (2016, p. 9).

A modernização agrícola promoveu a substituição de culturas em terras mecanizadas, como o milho, a soja e o trigo, os quais necessitam de menor uso de mão de

¹³ População inicial considerada a partir do Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano mais próximo, anterior ou posterior, à criação de cada município.

obra, contribuindo para a liberação da força de trabalho do campo para os centros urbanos, o que culminou no êxodo rural. “Em apenas uma década, 1970-80, o saldo migratório foi negativo em cerca de 2.600 mil pessoas” (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 21). A partir da modernização agrícola e a substituição de culturas, a dinâmica populacional da região se modificou e, conseqüentemente, alteraram-se as organizações política, econômica e social do território entre os rios Ivaí e Corumbataí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica de T-D-R, no espaço em questão, demonstra um processo relacional, onde a STUL prevaleceu sobre o posseiro, obrigados a comprar as terras que já eram suas por uso, ou abandonar a área, assim como as populações indígenas – atualmente só a kaingang – foram segregadas na reserva Ivaí, no município de Manoel Ribas.

Evidenciou-se que a ocupação da STUL foi uma ação promovida com interesses do mercado imobiliário, onde a terra deixa de ser fonte de subsistência e sustento para a vida, como era apropriada e utilizada por outros povos, como os indígenas, para se tornar fonte de lucro quando dominada pelo capital privado.

Constata-se também que as relações de poder travada no processo de ocupação do Território do Ubá, por vezes, foram conflituosas e movidas pelo uso da força para a retirada das populações indígenas e posseiros, desvalidando qualquer versão que afirme a pacificidade e o vazio demográfico da região antes da chegada de outros agrupamentos, como os trazidos pela Sociedade Territorial.

A partir da década de 70, também seguindo a lógica do mercado, o urbano recebe atenção nacional e o Sul do Brasil torna-se uma das regiões com maior índice de êxodo rural. Momento em que o Território do Ubá é influenciado, sofrendo uma reorganização na configuração espacial: a agricultura é modernizada; diminui-se a mão de obra rural; os grandes centros passam a atrair inúmeras pessoas; as comunidades e núcleos urbanos do território passam a organizar-se pela emancipação política, buscando autonomia administrativa, política, econômica e social; o urbano no Território do Ubá também ganha uma nova configuração, reorganizando-se na perspectiva da modernização capitalista.

Assim, para não concluir, o presente trabalho possibilitou preencher lacunas bibliográficas existentes sobre território do Ubá, abrindo caminhos para reflexões dos processos territoriais na área. As reflexões aqui discutidas são um esboço para revisitar a ocupação no norte central do estado do Paraná. Há muito ainda a ser pesquisado sobre a

ação das empresas colonizadoras, sua relação com a população local e as diferentes territorialidades que se superpuseram e conflitaram na produção do território em questão.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, n. 3, p. 3-52, jul./set. 1953.

CAMBARÁ. Cartório de Registros de Títulos e Documentos. **Registro de criação da Sociedade Territorial Ubá Ltda**. Livro de notas nº 478. 1º traslado Fls 59. Na fé de Jesus de Oliveira. Oficial. Cambará: 26 nov. 1999.

CANCIAN, N. A. **Cafecultura paranaense: 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

DENEZ, C. C. **A produção e representação de estruturas territoriais: o caso do assentamento 08 de abril – Jardim Alegre/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2009.

FERREIRA, A. D. D. Movimentos sociais rurais no Paraná - 1978-1982. In: BONIM, A. A. [et al.]. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba: Criar Ed., 1987. p. 09-50.

FERREIRA, B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização Tecnológica da Agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain; CONCITEC; IPARDES, 1988.

KELLER, F. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

MERCER, E. **Os Bendegós: a Fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão**. Ponta Grossa: Jornal Diário dos Campos, 17 de abril de 1913 (quinta-feira).

_____. **O Bendengó do Ubá – a nossa vitória**. Ponta Grossa: Jornal Diário dos Campos, 10 de outubro de 1913 (sexta-feira).

_____. **Os Bendegós: a Fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão**. Ponta Grossa: Jornal Diário dos Campos, 22 de abril de 1913 (terça-feira).

MOTA, L. T.; NOVAK, É. da S. **Os Kaingang do Vale do Rio Ivaí-Pr – história e relações interculturais**. Maringá-PR: Eduem, 2008.

_____. A presença indígena no vale do rio Tibagi/PR no início do século XX. **Antíteses**, Londrina, v. 07, n. 13, p. 358-391, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n13p358>>. Acesso em: 08 out. 2018.

OLIVEIRA, R. R. de. “Fruto da terra e do trabalho humano”: paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudoeste brasileiro. **Revista de História Regional**, v.

20, n. 02, p. 277-299, 2015. Disponível em: <www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/download/8086/4813>. Acesso em: 23 jun. 2016.

PARANÁ. ITCG. Grilo Ubá. **Acordo firmado em 33/11/1950 entre o Estado do Paraná e a Sociedade Territorial Ubá Ltda.** Curitiba, 1981.

PARELLADA, C. I. **A herança de um tesouro:** arqueologia da cidade colonial espanhola Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632). Curitiba: SAMP, 2014.

_____. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (Org.). **Missões: conquistando almas e territórios** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, 2009. p. 59-79.

QUIEZI, S. A.; PRZYBYSZ, J. A. A (re)organização do território entre os rios Ivaí e Corumbataí após a ocupação da Sociedade Territorial Ubá Ltda. no Estado do Paraná (1911 a 1990). In: NABOZNY, A. (Org.). **Geografia a Distância:** experiências de pesquisa em EaD. Ponta Grossa: NUTEAD, 2013. p. 1-30.

QUIEZI, S. A. A luta pela terra no Bendengó do Ubá: marcas e memórias do movimento de (re)ocupação do território no século XX. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE, 2016.** Curitiba: SEED/PR., 2016. p. 01-41. (Cadernos PDE, v. 1).

_____. **Companhia Ubá:** colonização e ocupação do território entre os rios Ivaí e Corumbataí (1939-1970). 1999. Monografia (Especialização em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Mandaguari, FAFIMAM, Mandaguari, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, M. J. L. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de. [et al.] (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

STECA, L. C.; FLORES, M. Dias. **História do Paraná:** do século XVI à década de 1950. Londrina: Ed. UEL, 2002.

VILLALOBOS, Jorge Guerra. Os conflitos no território paranaense (1912-1999). In: VILLALOBOS, Jorge Guerra. **Geografia Social e Agricultura.** Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEM, 2001.

WOLF, Eric R. Introdução. In: _____. **Europa y la gente sin história.** México DF: FCE, 2005. p. 15-39.